



Roosevelt Pinheiro

ENTENDIMENTO Líderes partidários negociam a aprovação das emendas ao projeto que visa oferecer condições para que as empresas superem dificuldades temporárias

Senado conclui votação da nova Lei de Falências

Por 64 votos a 2, o Plenário aprovou ontem o relatório do senador Ramez Tebet sobre as emendas ao projeto da nova Lei de Falências. A proposta, que retorna ao exame da Câmara dos Deputados, cria mecanismos que aumentam as chances de recuperação das empresas em dificuldades, afirma o relator

Página 3

Autorizado empréstimo para ampliar metrô de SP

Os senadores aprovaram ontem duas autorizações para o governo de São Paulo contrair operações de crédito externo. O empréstimo de maior valor (US\$ 209 milhões) financiará projetos da Linha Amarela do metrô. A segunda operação, de US\$ 20 milhões, servirá para aprimorar a gestão tributária do estado, reduzindo a evasão fiscal.



AGENDA Relatório de Garibaldi (C) será analisado pela CMO, que ontem aprovou créditos suplementares

LDO deve ser votada hoje na Comissão de Orçamento e amanhã no Plenário

Página 7

Página 5

Congresso pode acompanhar negociações comerciais

As negociações comerciais do Brasil com outros países deverão ser acompanhadas de perto pelo Congresso Nacional, segundo projeto do senador Eduardo Suplicy aprovado ontem pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. A proposta foi elaborada em cooperação com o Ministério das Relações Exteriores.

Página 8



EFICIÊNCIA Desempenho do agronegócio no país foi ressaltado por João Ribeiro

João Ribeiro: Brasil pode chegar a celeiro do planeta

O senador João Ribeiro (PFL-TO) defendeu ontem projeto nacional que leve o Brasil a assumir a condição de celeiro do planeta. O parlamentar citou dados sobre o que chamou de "formidável desempenho" do agronegócio no país, acrescentando que analistas estrangeiros apontam o Brasil como a mais nova superpotência nesse setor.

João Ribeiro ressaltou que o produto interno bruto agropecuário cresceu 6,5% em 2002 e 8,8% no ano passado, chegando a R\$ 503 bilhões. Ele acrescentou que o setor agropecuário exportou, no ano passado, US\$ 30,6 bilhões, contra US\$ 4,8 bilhões de importações, contribuindo para equilibrar a balança comercial.

O senador elogiou o espírito empreendedor do homem do campo, indagando "que patamar alcançaria a produção nacional" se o produtor tivesse do governo uma contrapartida à altura de seus esforços e resultados. E também salientou o trabalho realizado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) que possibilitou o salto tecnológico da agropecuária nacional.

Agenda

Plenário do Senado pode votar hoje a reforma do Judiciário

O Plenário realiza hoje, às 10h, sessão deliberativa para votar, em primeiro turno, a proposta de emenda à Constituição que estabelece a reforma do Poder Judiciário (PEC 29/00). A proposta tramita em conjunto



com outras 17 PECs que tratam do mesmo assunto. Às 15h, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve votar o relatório do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) para a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Parlamentares mexicanos visitam o Senado

Os parlamentares mexicanos Jesus Ortega, Erika Larregui e Carlos Flores Rico, acompanhados do diretor-geral de Enlace Político do Ministério de Relações Exteriores do México, Humberto Ballese Pêros, e do secretário da embaixada mexicana no Brasil, Francisco de la Torre, serão recebidos hoje pelo senador Marco Maciel, às 9h30, no Salão Nobre da Casa.

Gasto com cartões na pauta da CCJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vota hoje, a partir das 10h, requerimento do senador José Jorge (PFL-PE) solicitando informações à Casa Civil sobre a utilização de

cartões de crédito corporativo para o pagamento de despesas particulares. Consta ainda da pauta do colegiado projeto que trata das regras sobre filiação partidária (PLS 60/03).



Comissão examina projeto sobre incentivo fiscal para doações

Na reunião de hoje da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), às 11h, os senadores examinam projeto que altera a legislação do Imposto de Renda sobre a concessão de benefícios fiscais para doações destinadas à assistência e promoção social (PLS 383/03); e proposta que autoriza o Executivo a adotar medidas de apoio a servidores responsáveis por pessoas portadoras de deficiências físicas, sensoriais ou mentais (PLS 313/99).



Mapas históricos

Continua até o dia 1º de agosto no Salão Negro do Congresso a exposição *Tesouro dos Mapas – A Cartografia na Formação do Brasil*, que apresenta mapas e objetos náuticos do período

das Grandes Navegações, nos séculos 16 e 17. A mostra fica aberta ao público de terça a sexta, das 9h30 às 17h30, e nos sábados, domingos e feriados, das 9h às 17h.

CPI da Exploração Sexual

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual será discutido hoje, às 15h. A CPI foi criada em junho de 2003 e realizou diversas audiências públicas para investigar as situações de violência e as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes no país.

Biossegurança em debate

O senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS), presidente da recém-criada Subcomissão do Meio Ambiente, é o convidado de hoje do programa *Entrevista*, que vai ao ar pela TV Senado, às 20h30. Juvêncio fala sobre o projeto da Lei de Biossegurança, que tramita na Casa e é alvo de grande polêmica.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



ULTRAPASSADO Para Marcos Guerra, tributo criado no século 19 é hoje uma abstração fiscal

Marcos Guerra critica taxa sobre terrenos de marinha

O senador Marcos Guerra (PSDB-ES) afirmou ontem que já é tempo de se colocar um ponto final na cobrança da chamada taxa de marinha, considerada por ele como abusiva, além de não oferecer nenhum retorno à população.

O parlamentar protestou contra aumento de cerca de 90% na taxa, estabelecido no começo do ano, destacando que a imprensa capixaba tem se referido "a esse tarifaço" como sendo uma abstração fiscal que agride a estabilidade monetária, já que a realidade física, hoje, difere muito do cotidiano do século 19, quando o imposto foi criado.

A taxa de marinha, que abrange os terrenos correspondentes à faixa de 33 metros contada a partir da linha de preamar média, atinge os 7 mil quilômetros das praias brasileiras, penalizando milhares de pessoas, muitas vezes situadas a longa distância do mar.

Em apartes, Almeida Lima (PDT-SE) e Papaléo Paes (PMDB-AP) endossaram as reivindicações de Marcos Guerra.

Eduardo registra os 24 anos da Brasília Super Rádio FM

Inaugurada pelo papa João Paulo II, em 30 de junho de 1980, a Brasília Super Rádio FM está comemorando 24 anos e foi homenageada pelo senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO). Ele parabenizou o criador e diretor-presidente da rádio, o jornalista Mário Garófalo, e ressaltou a qualidade da programação da emissora.

Para o senador, a Brasília Super Rádio FM tem um público exigente, que espera o melhor da música e da cultura.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Slhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Mauro Lima é confirmado na direção da Abin

O Senado aprovou ontem, com 34 votos favoráveis, 20 contrários e uma abstenção a indicação de Mauro Marcelo de Lima e Silva, delegado da Polícia Civil do estado de São Paulo, para o cargo de diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). O nome de Mauro Lima já havia sido aprovado pela Comissão e Relações Exteriores (CRE).

Durante a sabatina na CRE, o delegado Mauro Lima disse que, ao assumir o cargo, não medirá esforços para cumprir o maior desafio que compete à Abin: desenvolver ações de defesa, ao mesmo tempo, do Estado democrático de direito e da soberania do Brasil. Ele condenou qualquer interferência da agência no Executivo, no Legislativo e no Judiciário, e afirmou que o momento “é de unir forças no sentido de desmistificar as ações de um órgão como a Abin”.

Mauro Lima ainda pediu apoio ao Congresso Nacional para que a agência exerça suas funções constitucionais e garantiu que seu trabalho será norteado pela transparência nas ações.

Plenário aprova jurista indicado para o STJ

Em votação secreta, por 47 votos sim e 8 votos não, o Senado aprovou ontem mensagem presidencial indicando o nome do jurista Arnaldo Esteves Lima para compor o Superior Tribunal de Justiça (STJ), na vaga do ministro Vicente Leal de Araújo, decorrente de sua aposentadoria.

Em seu relatório favorável, o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) argumenta que, além de ter as qualidades morais e intelectuais necessárias para o exercício do cargo, as certidões juntadas aos autos demonstram que o indicado, de 60 anos de idade, possui formidável capacidade de trabalho. Para Sérgio Cabral, essa é qualidade indispensável para o exercício da magistratura no STJ, diante do elevado número de processos submetidos ao Tribunal.

Arnaldo Esteves Lima vinha exercendo o cargo de juiz do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com sede no Rio de Janeiro.

Senado finaliza a votação da nova Lei de Falências, que volta à Câmara

■ Para Ramez Tebet, o relator, texto aprovado deve ser chamado de lei de recuperação de empresas

O Plenário votou ontem as emendas ao substitutivo que o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) ofereceu ao projeto da nova Lei de Falências. O substitutivo já havia sido aprovado pelo Senado. Por 64 votos a 2, o relatório de Tebet relativo às emendas foi aprovado.

– Precisamos chamá-la de lei de recuperação de empresas – afirmou o senador.

Entre as emendas rejeitadas está a da senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) que previa a preferência do pagamen-

to de impostos sobre os créditos com garantia real. “Essa lei está sendo encampada pelo governo Lula para agradar o Fundo Monetário Internacional (FMI)”, disse Heloísa.

Foram rejeitadas também emendas de Pedro Simon (PMDB-RS), Paulo Paim (PT-RS) e Heloísa Helena que pretendiam elevar acima de 150 salários mínimos o valor máximo do pagamento de créditos trabalhistas. O Plenário concordou com a argumentação de Tebet de que a elevação não alcançaria grande número de trabalhadores e beneficiaria ex-administradores que tivessem cometido fraudes. Simon e Paim procuraram, inutilmente, encurtar de um ano para seis meses o prazo do pagamento das obrigações trabalhistas no

processo de recuperação judicial, aumentando o valor desses créditos de cinco para dez salários mínimos.

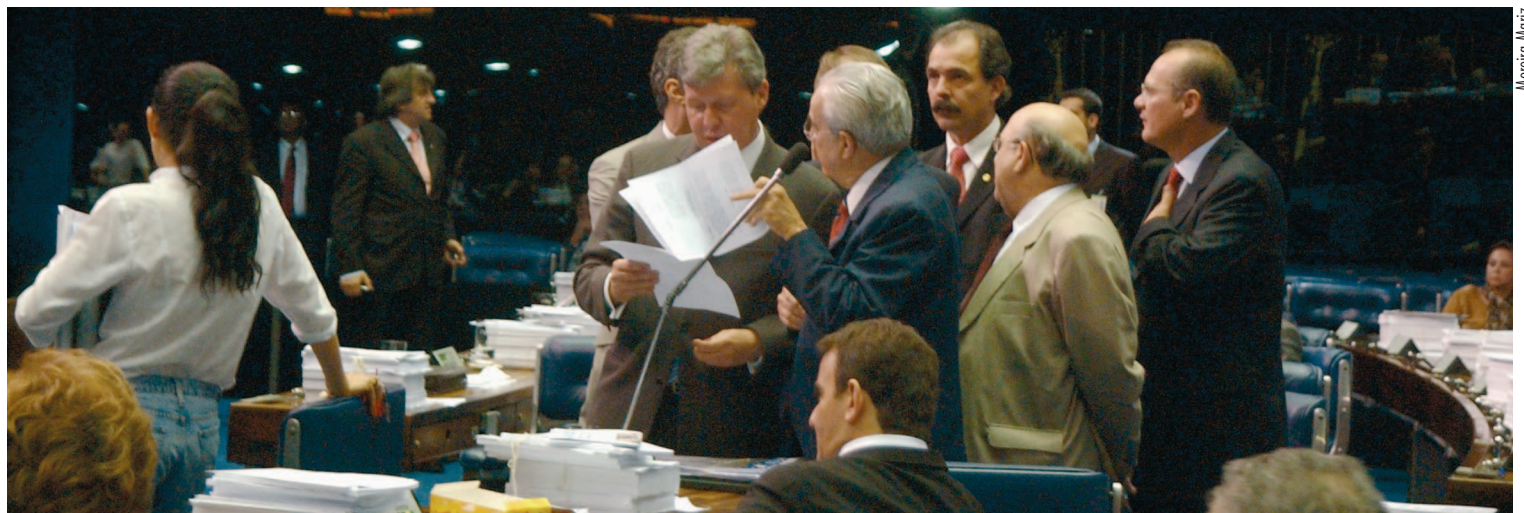
Outra área em que o parecer do relator prevaleceu é o da participação do Ministério Público no processo de recuperação das empresas, defendida por Demostenes Torres (PFL-GO). Para Tebet, a recuperação é assunto entre particulares. Demostenes também não conseguiu convencer que o programa de recuperação prevísse soluções para problemas ambientais criados pelas empresas.

Foi rejeitada emenda de Arthur Virgílio (PSDB-AM) que incluía entre as elegíveis a processos de recuperação judicial empresas em regime de concordata antes da entrada em vigor da nova lei.

Ainda assim, Virgílio defendeu a nova lei. Ele e os senadores José Agripino (PFL-RN) e Antero Paes de Barros (PSDB-MT) cobraram a redução dos juros, já que o projeto cria mais segurança para os bancos.

Entre as emendas acolhidas por Tebet está a de Tasso Jereissati (PSDB-CE) que mantém com a maioria (quórum de 60% dos credores) o poder de decisão sobre a recuperação judicial da empresa. Emenda de Lúcia Vânia (PSDB-GO) previa quórum de 50%.

O Plenário aprovou também o relatório do senador Fernando Bezerra (PTB-RN) ao projeto de lei (PLC 70/03) que altera o Código Tributário Nacional, de forma a adaptá-lo à nova Lei de Falências. Os dois projetos voltam à Câmara.



DECISÃO Plenário rejeitou boa parte das emendas ao projeto, que mantém preferência ao pagamento dos créditos bancários sobre os tributários

Objetivo é garantir que empresas continuem no mercado

Um instrumento que ofereça condições para que as empresas continuem no mercado e contribua para diminuir o desemprego e o desaquecimento da economia. Essa é a expectativa sobre a nova Lei de Falências, cujo exame terminou ontem no Senado. A proposta, na visão do relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ramez Tebet, é muito mais que uma nova legislação sobre falências. Para o parlamentar, a lei cria mecanismos que aumentam as chances de recuperação das empresas em dificuldades, preservando todos os seus ativos, inclusive aqueles que, antigamente, não eram muito considerados, como as marcas.

– O objetivo é recuperar empresas que têm valor econômi-

co e, em razão disso, geram empregos – destacou Tebet.

Preservar ativos e garantir que todos eles continuem cumprindo suas funções econômicas e sociais é, em resumo, proteger a produção, o emprego e a renda, afirmam os defensores do projeto, entre eles o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP). Levantamento citado pela Casa Civil da Presidência mostra que, sob a atual lei, 80% das empresas brasileiras que requereram concordata acabaram falindo.

Com a nova legislação, os bancos terão caminho facilitado para receber as garantias do empréstimo no caso de as empresas entrarem em dificuldades econômicas. Por essa razão, prevê-se a redução dos juros.

Antes, dependente quase in-

tegralmente da Justiça para ser resolvida, a falência passará a ser feita quase que totalmente longe dos tribunais. O próprio empresário deverá elaborar um plano e apresentar o pedido de recuperação judicial, demonstrando a situação da empresa e como pretende renegociar as dívidas. O projeto será avaliado por assembléia geral de credores, em até nove meses.

Se aprovado, a empresa volta à vida normal, com as dívidas repactuadas. Se rejeitado, será decretada a falência do devedor (não existirá mais a concordata). É prevista também a constituição de comitê, composto por um representante de cada classe, para fiscalizar os atos do devedor.

Para requerer sua própria recuperação, a empresa deve a-

tender a determinados requisitos, como não estar em falência; não ter requerido recuperação judicial há menos de cinco anos; e não ter sofrido condenações por crimes como gestão fraudulenta.

Se o plano não for aprovado, e uma vez decretada a falência, o objetivo continua sendo preservar as funções econômicas e sociais dos ativos. Nesse caso, procede-se à alienação dos ativos. Primeiro, tenta-se vender o negócio em bloco, para preservar os ativos intangíveis, como marcas. Se não for possível, vendem-se as filiais e, por último, os ativos de forma isolada.

Emenda de Lúcia Vânia (PSDB-GO) garantiu preferência ao pagamento dos créditos bancários em relação aos créditos tributários.



EXCESSO Osmar Dias destaca que o número de medidas provisórias dificulta trabalho

Osmar Dias culpa o governo pela morosidade do Congresso

O senador Osmar Dias (PDT-PR) rebateu críticas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre a morosidade do Congresso Nacional para votar matérias de interesse do país. Segundo o senador, a responsabilidade pelo ritmo lento da tramitação legislativa de propostas e projetos é do próprio governo federal, que edita medidas provisórias em excess-

so, o que acaba trancando a pauta de votações.

Para Osmar Dias, a prática do governo de liberar somente emendas orçamentárias de parlamentares que são seus aliados é um segundo fator que acaba resultando em demora nas votações, por causa do clima de insatisfação que gera nas duas Casas.

O senador pelo Paraná observou, ainda, que o presidente Lula não pode criticar o Congresso por morosidade, uma vez que seu próprio governo é "bastante lento" em suas ações. Na sua avaliação, o governo federal não vem conseguindo executar um único programa com eficiência, apesar dos muitos anúncios e solenidades que organiza.

O presidente Lula fez as críticas ao Congresso durante solenidade realizada na manhã de ontem, no Palácio do Planalto, para recepcionar a Organização Brasileira de Cooperativas (OCB).

Ele disse que as eleições municipais representam um entrave nas votações porque dificultam os acordos partidários.

Virgílio diz que PPP "abre caminho para negociatas"

Do jeito que está, o projeto permitirá que estados burlem a Lei de Responsabilidade Fiscal, afirma o senador

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), denunciou da tribuna que o projeto das parcerias público-privadas (PPPs), como está redigido, "abre caminho para que as negociatas ocorram" e, se não for alterado, não terá o voto dos senadores de seu partido.

– Do jeito que está, o projeto praticamente acaba com a Lei de Licitações e com a noção de contabilidade. É uma bomba de efeito retardado sobre os governantes que vierem após o príncipe beneficiado por esse simulacro de tentativa de desenvolvimento e ainda permitirá que os estados burlem a Lei de Responsabilidade Fiscal. Do

jeito que está, o estado não toma emprestado, mas terá de pagar. O projeto acaba com a objetividade e introduz critérios subjetivos – disse.

Arthur Virgílio criticou o chamado Conselho Gestor das PPPs, a ser integrado pelos ministros do Planejamento, da Fazenda e da Casa Civil.

– Não há necessidade de unanimidade dos votos para decisões do conselho. O Palocci pode levar uma bola nas costas dos ministros José Dirceu e Guido Mantega. O Conselho Gestor terá o poder de decidir o quanto e em quantos anos um estado terá de pagar – afirmou.

Arthur Virgílio observou que, com esse projeto do jeito que está, os estados que não podem mais se endividar, por terem superado o limite previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, poderão fazê-lo.

– Essa é uma matéria nova no

mundo e é complexa. É preciso examinar com rigor cada possibilidade prevista no projeto. A nosso ver, trata-se de um projeto que pode estar vislumbrando risco zero para alguns empreiteiros e risco mil para a sociedade. A tal flexibilidade que se dá ao Conselho Gestor das PPPs beira a imoralidade. Não se exige concorrência para elaboração dos projetos. E mais: o Conselho Gestor pode escolher a empresa que quiser e pelo preço que quiser. É um golpe mortal na Lei de Licitações e a alegria de certas empreiteiras – denunciou o líder do PSDB.

A flexibilidade do Conselho Gestor permitirá, ainda de acordo com Arthur Virgílio, "a escolha de uma empresa 'x' para construir uma estrada, em detrimento de uma 'y', mesmo que o preço da primeira seja três vezes mais alto. É o fim da Lei de Licitações".



ORGANIZAÇÃO Roseana observa que a centralização dos dados vai facilitar o trabalho

Roseana quer unificar sistema para busca de desaparecidos

Os dados sobre todos os menores desaparecidos no Brasil serão organizados no Sistema Nacional de Cadastro de Crianças e Adolescentes. É o que prevê projeto apresentado em Plenário pela senadora Roseana Sarney (PFL-MA).

De acordo com a senadora, a proposta pretende satisfazer três demandas fundamentais do setor: a criação de um sistema que unifique em um órgão federal as informações sobre

crianças e adolescentes desaparecidos; a divulgação ampla dos dados sobre os menores pelos meios de comunicação e a celebração de parcerias com organizações privadas que atuam na área.

A estruturação das informações estaduais sobre os menores desaparecidos em um sistema nacional, informa a senadora, vai permitir a centralização e o cruzamento dos dados com o de crianças e adolescentes que se encontram em abrigos ou em hospitais. Roseana acredita que o sistema vai ser importante para ampliar a área das buscas.

O projeto estabelece ainda a divulgação das informações do cadastro por meio da Internet e pelas emissoras de televisão, que devem exibir as fotos dos menores desaparecidos em inserções durante os intervalos comerciais do chamado horário nobre, entre as 19h e 22h.

Além disso, serão firmadas parcerias entre o poder público e as organizações não-governamentais que se dedicam à busca de crianças e adolescentes, o que, na avaliação da senadora, vai agilizar a localização dos desaparecidos.

Tuma destaca que Rio Tietê pode virar roteiro turístico

Ao informar que participou, na semana passada, de um passeio de barco pelo Rio Tietê, promovido pela Secretaria de Turismo do estado de São Paulo, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) destacou que a iniciativa comprovou que o rio, que está sendo despoluído, poderá se transformar em mais um roteiro turístico paulista. Ele comentou que a intenção do secretário-executivo de Turismo, Marco Antônio Castello Branco, foi a de chamar a atenção das empresas privadas para a viabilidade dos passeios turísticos ao longo do Tietê.

– Com a calha aprofunda-

da, embora ainda poluído, o Tietê está a um passo de permitir navegação fluvial regular em plena cidade de São Paulo. O governo paulista pretende incentivar passeios diários de três horas, em barcos novos com capacidade para 30 pessoas, dotados de ar-condicionado e música ambiente – afirmou Romeu Tuma.

O senador antecipou que, no futuro, as viagens poderão estender-se ao interior do estado e que o próprio trecho urbano poderá servir como alternativa ao trânsito da capital paulista. Além de simbolizar a revitalização para o



FUTURO Tuma: via poderá ser uma alternativa para o trânsito na capital paulista

turismo e o lazer do trecho metropolitano do Tietê, opinou Tuma, o passeio promovido pela Secretaria de Turismo comprovou que está próximo o dia em que, partindo de São Paulo, será possível navegar pela Hidrovia Tietê-Paraná rumo ao Paraguai e Argentina.

CPMI chega ao fim, mas comissão continua investigando denúncias

A relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) da Exploração Sexual, deputada Maria do Rosário (PT-RS), informou que o relatório final do colegiado vai propor a criação de uma comissão de monitoramento para acompanhar os desdobramentos das denúncias apontadas pela CPMI. A relatora disse que essa é uma possibilidade pouco utilizada, mas prevista no Regimento Comum do Congresso Nacional. "O trabalho continua depois do relatório final; não podemos fechar os olhos e fingir que isso não é mais conosco."

Maria do Rosário anunciou que proporrá em seu relatório, a ser entregue hoje, modifica-

ções no Código Penal. O crime de exploração sexual de crianças deixa de ser um crime contra os costumes, como é hoje, e passa a ser contra a liberdade sexual e o desenvolvimento infantil-juvenil.

A CPMI tem como presidente a senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) e há um ano investiga redes de exploração sexual contra crianças e adolescentes em todo o Brasil. Hoje, às 15h, acontecerá a última reunião da CPMI.

Segundo Patrícia Saboya, "a trajetória da comissão parlamentar mista de inquérito impôs um divisor de águas na maneira de pensar a questão da proteção às crianças e adolescentes no Brasil".

Senado faz homenagem a escritor amazonense

O Senado aprovou ontem requerimento de voto de pesar do líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), pelo falecimento no dia 1º deste mês, aos 85 anos, do escritor amazonense Leandro Tocantins. Vários senadores, entre os quais o presidente do Senado, José Sarney, e os líderes do PDT, Jefferson Péres (AM), e do PFL, José Agripino Maia (RN), entre outros, ressaltaram a contribuição do escritor para a compreensão e o conhecimento da vida na Região Amazônica. Autor de obras como *Um Rio Comanda a Vida* e *Formação Histórica do Acre*, Leandro publicou mais de 30 livros, abordando os mais variados aspectos da Amazônia.

– Quem escreveu um livro como *Um Rio Comanda a Vida* nem precisaria escrever mais nada. É um clássico da Amazônia, no qual ele disserta sobre o condicionamento do caboclo ao rio; sobre o ritmo de vida do caboclo, que é ditado pelo rio, que lhe dá alimento, transporte, lazer e tudo mais – disse Jefferson Péres.

Sarney contou que foi amigo de Leandro Tocantins, a quem louvou a qualidade da obra. Ele relatou que, nos anos 70, estiveram juntos nos sertões da Paraíba, nas áreas de areia de Campina Grande, do sertão e do semi-árido, quando percorreram os caminhos onde José Américo escreveu *A Bagaceira*.

O escritor, conforme Arthur Virgílio, foi um pesquisador da vida e da história da Amazônia.

– Trata-se de um grande brasileiro, que soube interpretar, à perfeição, a beleza de um povo, e é um vulto a ser cultivado pelas novas gerações, que precisam reler seus livros – disse.

Para Tião Viana (PT-AC), a obra mais completa sobre o Acre e sobre a Amazônia Ocidental é *Formação Histórica do Acre*. Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) lembrou que, quando presidiu a Casa, fez publicar esse livro, atendendo a apelo do colega acreano. Hoje, durante a votação do requerimento, Sarney solicitou a distribuição da obra aos senadores no Plenário.

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) e os senadores Alvaro Dias (PSDB-PR), Heráclito Fortes (PFL-PI) e Antero Paes de Barro (PSDB-MT) também participaram da homenagem ao escritor.

Crédito suplementar de R\$ 140 mi reforça Ministério dos Transportes

Aprovação de projeto é parte do acordo entre as lideranças partidárias para votar a LDO

A Comissão Mista de Orçamento (CMO), destinada a examinar o relatório do senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), créditos suplementares e avisos do Tribunal de Contas da União (TCU), retoma os seus trabalhos hoje, a partir das 15h.

Foram aprovados três projetos de lei de créditos suplementares, cinco avisos do TCU e um requerimento para convocação do ministro da Previdência Social, Amir Lando, para prestar esclarecimentos sobre as diferenças de aposentadorias e pensões em função de planos econômicos. Essa votação marcou o cumprimento de parte do acordo com os líderes partidários para viabilizar a tramitação e a votação do re-

latório sobre a LDO.

O primeiro crédito suplementar, no valor de R\$ 140 milhões para reforçar o Ministério dos Transportes, teve voto contrário do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e de deputados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina porque o relator, deputado Pedro Novais (PMDB-MA), reduziu de R\$ 60 milhões para R\$ 44,5 milhões os recursos destinados à duplicação da BR-101 no trecho entre as cidades de Palhoça (SC) e Osório (RS).

Um acordo com o líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), selou o compromisso de o governo complementar os recursos subtraídos no parecer, de R\$ 15,5 milhões, no próximo crédito suplementar ao Ministério dos Transportes. A obra, segundo os parlamentares sulistas, está orçada em R\$ 1 bilhão e envolve recursos internacionais cuja negociação exige a previsão orçamentária. O presidente da CMO, deputado Paulo Bernardo (PT-PR), afir-

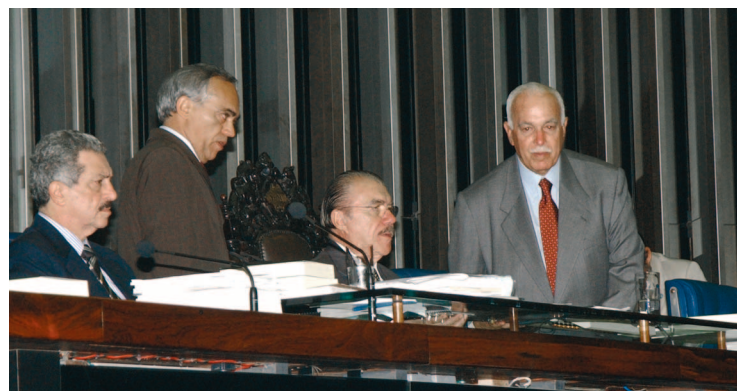


ESFORÇO O presidente da comissão, Paulo Bernardo, ao lado do relator Garibaldi Alves Filho, marcou reunião para as 15h de hoje

mou que, se o governo não fizer sua parte, a comissão garantirá a recomposição dos recursos.

Os outros dois projetos de lei

reforçam a reforma agrária, com R\$ 430 milhões, e a defesa agropecuária, com R\$ 3,4 milhões, além do Ministério das Cidades, com R\$ 16,17 milhões.



PRAZOS O presidente José Sarney explica que Sessão Legislativa só pode ser encerrada após votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias

Congresso convocado para votar LDO amanhã

Em resposta a questão de ordem formulada pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), o presidente do Senado, José Sarney, comunicou que a Sessão Legislativa não será encerrada sem a votação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), conforme determina a Constituição federal. Sarney convocou sessão do Congresso Nacional para amanhã, às 14h. Na pauta, a LDO e outros projetos relativos ao orçamento.

O senador Antonio Carlos

queria saber se, no esforço centrado, seria votada toda a pauta ou apenas a LDO. Sarney informou que o Senado irá aproveitar a semana para votar as matérias da pauta. As demais serão apreciadas somente em agosto, caso a LDO seja votada amanhã e a Sessão Legislativa, assim, encerrada.

José Sarney disse que, de 1988 até 2003, a Sessão Legislativa foi prorrogada por sete vezes. O caso mais grave, comentou, ocorreu em 1994, quando a LDO somente foi votada em 30 de agosto do ano seguinte.

Líderes refazem acordo para reajustar o mínimo

A resistência da área econômica do governo em aceitar o critério de reajuste do salário mínimo para o próximo ano, vinculando o seu ganho real ao crescimento da economia em 2004, proposto pelo relator do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), acabou provocando um novo acordo entre as lideranças partidárias.

O acordo atrela o reajuste ao índice que distribui o valor da riqueza nacional gerada em um ano pelo número de habitantes do país (produto interno bruto *per capita*). Segundo o relator, haverá uma pequena queda no valor nominal do salário mínimo nessa segunda proposta. Ele estima que o primeiro critério garantiria pelo menos R\$ 285. Pelo segundo critério, o valor cai para R\$ 281, conforme Garibaldi.

O líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), que costurou o acordo entre os líderes partidários e o senador Aloizio Mer-

cadante (PT-SP), líder do governo no Senado, explicou que essa alternativa foi “um meio termo” diante da posição contrária do ministro do Planejamento, Guido Mantega, em aceitar a vinculação ao crescimento da economia.

Ainda existe outro ponto polêmico. Segundo o relator, o governo não aceita a destinação de 54% dos recursos arrecadados pela Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para a recuperação, manutenção e construção das rodovias federais. Garibaldi está disposto a negociar um percentual menor, que poderia chegar a 30%.

A proposta do relator de excluir do contingenciamento do orçamento os programas sociais prioritários do governo, os investimentos em pesquisa realizados pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e quatro fundos relativos à área de segurança pública foi mantida no acordo fechado com os líderes partidários.

ORÇAMENTO

Senadores comentam denúncias da imprensa de que o governo estaria liberando somente verbas de emendas apresentadas por parlamentares petistas e daqueles que têm votado com o governo



DISCRIMINAÇÃO Sérgio Guerra: liberação de emendas só para governistas é indefensável

Sérgio Guerra: comportamento do governo é desagregador

O líder da Minoria, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), classificou como “indefensável” a liberação de emendas de parlamentares da base governista, em detrimento dos que votaram favoravelmente ao salário mínimo de R\$ 275.

– Tenho muito interesse em ouvir o que o governo tem a dizer, mas é mais sensato e correto não falar – aconselhou.

Para Sérgio Guerra, o processo de utilização dos recursos públicos não está errado só por privilegiar o PT e seus aliados, mas principalmente por não considerar a realidade de fato e não obedecer a critérios que levem dinheiro a quem realmente precisa. Ele ressaltou que esse tipo de ação é “desagregadora, irresponsável e antipopular”.

– Não tem lógica. Se fosse para privilegiar a base de apoio parlamentar, se fosse para privilegiar o PT, embora não seja aceitável, ainda é compreensível. Façam isso em casa e não com o país. Isso é um festival inconseqüente de uso do dinheiro público. O governo está rasgando o compromisso de convivência civilizada com o Congresso Nacional – finalizou Sérgio Guerra.

ACM adverte que Lula não pode favorecer aliados

■ Conforme o senador, governo usa liberação de verbas para privilegiar partidos da base e punir oposição

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) disse que o presidente Lula não tem o direito de utilizar a liberação de recursos federais para beneficiar aliados e punir opositores. Citando vários jornais, ele afirmou que o governo está privilegiando as prefeituras do PT e dos partidos aliados no repasse de verbas.

– Faço política há quase meio século e nunca vi coisa igual. Jamais ocorreu no Brasil o que está acontecendo no governo Lula – declarou.



INÉDITO “Jamais ocorreu no Brasil o que está acontecendo no governo Lula”, relata ACM

Referindo-se a notícias de *O Globo* e do *Correio Braziliense*, Antonio Carlos informou que o município do Rio de Janeiro, governado pelo PFL, ficou com menos recursos do que Aracaju, do petista Marcelo Déda, e São Paulo, cuja prefeita é Mar-

ta Suplicy (PT).

Antonio Carlos acrescentou que a liberação das emendas parlamentares ao orçamento também está sendo feita por critérios políticos.

Em aparte, Sérgio Cabral (PMDB-RJ) disse que o Rio de Janeiro está sendo discriminado. Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que o governo criou nova modalidade de corrupção. Para José Agripino (PFL-RN), Lula não foi eleito para ser proprietário da nação.

Alvaro Dias (PSDB-PR) pediu uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar o caso. Conforme Tasso Jereissati (PSDB-CE), o PT demonstra que não tem preparo para o poder. Sérgio Guerra (PSDB-PE) destacou que a liberação atende apenas os aliados.



ALERTA Para Arthur Virgílio, o PT corre o risco de enfrentar problemas de governabilidade

Existe prova de discriminação, segundo Arthur Virgílio

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) criticou ontem o fato de o Ministério da Educação ter se recusado a endossar a liberação de emendas de sua autoria e do senador Jefferson Péres (PDT-AM) em favor da Universidade Federal do Amazonas (Ufam).

– O senador Jefferson Péres não trouxe uma denúncia, mas prova de que há discriminação – comentou, advertindo os petistas do risco de enfrentar “sérios problemas de governabilidade” se tentar privilegiar aliados e punir adversários na liberação de emendas.

Embora sustentando que ele e Jefferson estão contribuindo para a governabilidade, Virgílio afirmou que a conduta opositora de ambos teria motivado a postura do Ministério da Educação.

– O governo imagina que está a nos punir pela nossa indocilidade, mas prejudica, na verdade, os universitários do Amazonas, que aspiram a uma sociedade mais justa.

No passado recente, comentou o senador, a liberação de emendas parlamentares nas áreas de educação e saúde se pautava pela impessoalidade e por diretrizes estratégicas.

MEC não libera verbas de emendas de autoria da oposição, afirma Jefferson

O líder do PDT, senador Jefferson Péres (AM), levou à tribuna um episódio que, para ele, é “um caso concreto de confissão de discriminação escandalosa”. De acordo com o parlamentar, uma servidora da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) esteve no Ministério da Educação cobrando verbas para a instituição e ouviu do secretário de Ensino Superior do ministério, Nelson Maculan Filho, que não seriam liberadas emendas apresentadas por ele, Jefferson, e pelo senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB.

Jefferson anunciou que pretende apresentar ao Supremo Tribunal Federal (STF) ação



INVESTIGAÇÃO Jefferson perguntou se não era o caso de criar uma CPI sobre a denúncia

contra a discriminação na liberação de verbas de parlamentares opositores.

– Eu consulto os líderes do PSDB e do PFL se não é o caso de se fazer uma CPI, já que se trata de um fato determinado.

Para Jefferson, é “uma desfaçatez”. Ele indagou como o Congresso “suporta essa atitude do governo sem uma reação enérgica”.

– O Brasil não é propriedade de um grupo político. O Orçamento da União não pode ser utilizado para fins políticos.

O senador relatou que, nos últimos quatro anos da administração Fernando Henrique Cardoso, quando integrava a oposição, 30% de suas emendas foram liberadas, “sem nunca ter pedido nada a ministro nenhum”. Já o atual governo liberou menos de 4% das emendas dos parlamentares de oposição, e mais de 40% das apresentadas pelos aliados.

Heloísa Helena defende a adoção do orçamento impositivo

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) defendeu ontem a adoção do orçamento impositivo – que não pode ser manipulado pelo Executivo –, embora entenda que mesmo com o novo modelo existe a possibilidade de parlamentares fazerem

“trambiques” para se beneficiarem. Heloísa disse que no governo Fernando Henrique Cardoso outros parlamentares assumiram a autoria de emendas que ela apresentou e de cuja liberação ela não foi informada.

A senadora citou como exemplos verbas liberadas para instalações hospitalares em Alagoas e para irrigação no projeto Pindorama, sem que ela tivesse sequer sido convidada para as solenidades de anúncio do repasse dos recursos. Heloísa lamentou que esses

fatos ocorram, já que tem apresentado emendas depois de exaustivos e minuciosos estudos das necessidades do estado.

– Espero que a elite alagoana reconheça e deixe bem claro quando minhas emendas forem liberadas – enfatizou Heloísa Helena.



DENÚNCIA Segundo Heloísa, emendas de sua autoria foram “roubadas” no governo FHC

ORÇAMENTO



ANÁLISE Mercadante defende debate sobre critérios de distribuição de recursos

Mercadante nega uso político de verbas

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) desmentiu a manchete do jornal *O Globo* de ontem, segundo a qual o município do Rio de Janeiro teria recebido menos verba federal do que Sobral (CE) e Aracaju (SE). Ele negou ainda informação dada ao Plenário pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) – autor também da denúncia sobre o uso político da liberação de recursos –, de que os parlamentares que votaram a favor de um salário mínimo de R\$ 275 foram excluídos na hora da liberação das emendas orçamentárias.

Citando o Sistema de Acompanhamento Financeiro (Siafi), Mercadante informou que o próprio deputado federal Anto-

nio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA) teria R\$ 7,3 milhões de suas emendas empenhadas e R\$ 733 mil liberadas. Avô do deputado, o senador Antonio Carlos disse inicialmente que não era verdade, depois revelou que o empenho teria sido feito nesta terça-feira e finalmente comunicou que seu neto garantiu que nenhum tostão havia sido liberado.

Por entender que o tema gestão orçamentária é de grande interesse para o país, Mercadante declarou que está disposto a abrir um debate franco sobre os critérios de distribuição de recursos federais. E afirmou que aceita confrontar os oitos anos do governo Fernando Henrique Cardoso com um ano e meio do governo Lula. Segundo ele, em 1999 os parlamentares do PSDB tiveram 69,5% de suas emendas individuais liberadas e o PFL 72,6%, enquanto os opositores PT e PDT obtiveram, respectivamente, 15,7% e 16,6%.

– Não é possível discutir as coisas sem comparar com mais cuidado o que está sendo feito e como está sendo feito. Temos que fazer o debate com mais cuidado. Pode até ter havido em algum ministério uma prioridade política, mas, analisando o conjunto de informações que temos disponíveis, estado por estado, constatamos que não houve discriminação de natureza política – assinalou Mercadante.

Para Agripino, liberação de emendas favorece PT

O suposto favorecimento de parlamentares da base governista e de municípios administrados pelo Partido dos Trabalhadores na liberação de emendas ao Orçamento de 2004 foi classificado como a “última pérola” do governo Luiz Inácio Lula da Silva pelo líder do PFL no Senado, José Agripino.

– Vejam o caminho que está trilhando este governo. Quanta injustiça está sendo praticada, por mais que procuremos ser hábeis para, em nome do interesse público, atingir os objetivos do povo brasileiro – disse.

Com receio de sofrer retaliação do Executivo federal por liderar um partido de oposição, Agripino procurou vincular sua



CRÍTICA Agripino observa que municípios e parlamentares petistas são privilegiados

emenda para a construção de casas populares ao governo do Rio Grande do Norte, aliado à gestão petista. No entanto, sua precaução acabou não surtindo efeito, já que a liberação desses recursos foi vetada.

– Será que há brasileiro de primeira, de segunda, de terceira e de quarta categoria no governo do PT? – indagou, observando que os municípios com prefeitos do PT também têm sido privilegiados nesse processo.

Aprovados dois créditos externos para São Paulo

Empréstimos de US\$ 229 milhões financiam ampliação do metrô e programa de gestão fiscal

O Plenário do Senado aprovou ontem, em regime de urgência, autorização para o governo de São Paulo contratar operação de crédito externo, no valor de US\$ 209 milhões. Os recursos serão liberados por um consórcio de bancos privados japoneses, liderados pelo Sumitomo Mitsui Banking Corporation, para financiar projetos da 4ª linha do metrô (Linha Amarela), incluídos no Programa Integrado de Transportes Urbanos. Foi autorizada também a contratação de emprés-

timo, este com garantia da União, no valor de US\$ 20 milhões, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para financiamento do Programa de Fortalecimento da Gestão Fiscal do Estado. A matéria teve como relator o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE).

O empréstimo para o metrô será realizado com a garantia do Japan Bank For International Cooperation (JBIC) e do governo brasileiro. O relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), destacou a relevância do programa para o estado, cujo total de recursos atinge quase US\$ 2 bilhões.

As propostas foram votadas também ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou “o

espírito de colaboração com o governo de Geraldo Alckmin” para que as proposições sejam autorizadas.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP) considerou meritório o empréstimo de US\$ 20 milhões, pois, em sua opinião, vai ajudar a aprimorar a gestão tributária do estado, reduzindo a evasão fiscal. Ele lembrou, entretanto, que a dívida consolidada de São Paulo está muito próxima do limite autorizado pelo Senado Federal, que é de R\$ 98,9 bilhões.

– O estado está muito próximo do limite fixado pelo próprio Senado Federal e dificilmente poderá ter outros empréstimos sem que melhore a relação dívida pública-receita líquida – assinalou Aloizio Mercadante.



SABATINA Elizabeth Farina depõe na reunião da CAE presidida por Ramez Tebet (segundo à esquerda)

Indicações para o Cade serão submetidas ao exame do Plenário

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou por 21 votos a favor e 1 contrário as três indicações para a presidência e cargos de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Agora serão submetidas ao Plenário as escolhas da economista paulistana e professora da Universidade de São Paulo (USP) Elizabeth Maria Farina, designada para presidente do órgão; do advogado e procurador da Fazenda Nacional Ricardo Villas Bôas Cueva; e do advogado, economista e professor Luiz Carlos Prado.

Durante a sabatina, os três indicados evitaram se posicionar sobre decisões polêmicas do Cade, como o caso Nestlé/Garoto, o que visivelmente aborreceu o senador Marcos Guerra (PSDB-ES), que reclamou de Elizabeth não estar respondendo a nenhuma pergunta. Os candidatos a conselheiro alegaram que desconheciam os autos do processo que impediu a compra da fabricante de chocolate pela suíça Nestlé.

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), deu razão à avaliação de Mar-

cos Guerra e endossou a preocupação de Eduardo Suplicy (PT-SP) em relação à produção de suco de laranja concentrada em três empresas.

Geraldo Mesquita Júnior (PSB-AC) lamentou a situação em que se encontra a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. O presidente da CAE, Ramez Tebet (PMDB-MS), desculpou-se por não ter podido atender o pedido do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para sabatar ontem os quatro selecionados para o Cade, argumentando que o último nome só chegou na segunda-feira.



DESPESAS Zambiasi lembra que será mantido volume de gastos com câmaras municipais

Zambiasi: foi "erro histórico" rejeição da PEC dos Vereadores

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) afirmou ontem, da tribuna, que a rejeição, pelo Plenário do Senado, da PEC dos Vereadores, foi "um erro histórico". Ele disse que a proposta da Câmara dos Deputados preservava "a representatividade popular e a simetria entre os municípios, promovendo a verdadeira economia orçamentária para os municípios e a redução do dinheiro público destinado às câmaras".

Com a decisão do Senado, foi reduzido o número de vereadores, principalmente dos municípios de médio porte, segundo resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mas mantido o volume de gastos, determinado por percentual da receita tributária dos municípios com transferências da União e dos estados efetivamente realizadas no exercício anterior, acrescentou o senador. Assim, municípios de até 100 mil habitantes poderão gastar 8% do total daquela receita tributária; de 100 mil a 300 mil, 7%; de 300 mil a 500 mil, 6%; e acima de 500 mil, 5%, explicou.

Para Sérgio Zambiasi, nos municípios brasileiros de médio porte, que mais perderam vereadores, "haverá um considerável encarecimento nos custos de campanha e uma elitização dos gabinetes".

– Não é justo que municípios com 100 mil habitantes tenham apenas uma cadeira a mais que localidades com população inferior a 5 mil. Como muito bem comentou um vereador da cidade de Santana do Livramento, os novos eleitos terão gabinetes com estrutura idêntica à dos deputados estaduais – afirmou.

Negociações comerciais poderão ser acompanhadas pelo Congresso

Segundo Itamaraty, proposta ajudará governo brasileiro nas discussões com União Européia e Mercosul

As negociações comerciais realizadas pelo Brasil com outros países deverão ser acompanhadas de perto pelo Congresso Nacional, segundo determina o projeto de autoria do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Acolhido por unanimidade pelos integrantes do colegiado, o texto será encaminhado à Secretaria Geral da Mesa e, posteriormente, submetido a turno suplementar de votação.

De acordo com a proposta, o Legislativo deverá avaliar os resultados das negociações comerciais, inclusive por meio da convocação de integrantes do Executivo e de audiências com especialistas e representantes de setores da economia diretamente interessados nas discussões. Com o objetivo de tornar possível a avaliação, estabelece ainda o projeto, o governo encaminhará ao Congresso mensagem estipulando o conteúdo dos acordos comerciais, seu cronograma e custos previstos.

– O projeto foi elaborado em cooperação com o Ministério das Relações Exteriores, segundo o qual a aprovação da matéria ajudará bastante o governo brasileiro nas negociações



SABATINA Márcio Araújo Lage (E), ao lado de Suplicy, fala à CRE sobre importância das relações do Brasil com países do Atlântico Sul

com a União Européia e o Mercosul – disse Suplicy, que também é presidente da CRE.

Conforme a proposta, que recebeu voto favorável do relator, senador Marcelo Crivella (PL-RJ), o Congresso levará em conta, ao referendar acordos feitos pelo Brasil, os objetivos de expansão de mercados externos, aperfeiçoamento da posição competitiva do país, ampliação da capacidade de geração de empregos e aumento da exportação de bens de mais alto valor agregado.

A CRE decidiu ainda realizar, em conjunto com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), audiência pública sobre as negociações comerciais entre o Mercosul e a União Européia, com a presença de representantes do governo brasileiro e da iniciativa privada.

Vitória brasileira

Foram aprovados pela comissão três requerimentos de congratulações pela vitória

brasileira na Organização Mundial do Comércio (OMC), relativa à condenação aos subsídios concedidos pelo governo dos Estados Unidos aos produtores de algodão. O primeiro deles, de autoria do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), destina-se ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Os dois outros requerimentos, apresentados pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), serão enviados ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.

Os senadores da CRE acolheram também projetos de decreto legislativo aprovando acordos com a Nova Zelândia, para isenção parcial de vistos, e com Portugal, sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes de pessoal diplomático. Por iniciativa de Ney Suassuna (PMDB-PB), o colegiado criou o Grupo Parlamentar Brasil-Tailândia.

Reunião na Argentina debate Parlamento do Mercosul

O anteprojeto do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul compõe a pauta de discussão da 23ª Reunião Plenária da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, que teve início na manhã de ontem, em Puerto Iguazu, na Argentina. O encontro de parlamentares dos quatro países que integram o bloco econômico do continente – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – será en-

cerrado amanhã.

O documento deverá ser entregue nesta quinta-feira aos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, do Brasil; Nestor Kirchner, da Argentina; Nicanor Duarte, do Paraguai; e Jorge Battle, do Uruguai. Uma vez aprovada a medida, cada país do bloco deverá adequar sua legislação ao projeto de estabelecimento do Legislativo regional, como prevê o protocolo.

Aprovado nome de diplomata para a Namíbia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem parecer favorável à mensagem do presidente da República indicando Márcio Araújo Lage para o cargo de embaixador do Brasil na República da Namíbia. Ele foi coordenador de logística do grupo de trabalho da posse presidencial, em 2003, e ministro-consultor da embaixada brasileira em Assunção, a partir do ano 2000. A matéria vai ao Plenário.

Em seu depoimento à comissão, Lage ressaltou a importância para o Brasil da construção de uma boa política diplomática com os países do Atlântico Sul, como a Namíbia, e o relacionamento especial mantido no âmbito bilateral em assuntos navais. O governo brasileiro, observou, doou à Namíbia a corveta *Purus* e ajudou a formar oficiais da Marinha namibiana, no Rio de Janeiro.

Duas outras mensagens presidenciais receberam pareceres favoráveis. A primeira delas indica o atual embaixador brasileiro em Cuba, Tilden José Santiago, para exercer cumulativamente o cargo em Antígua e Barbuda. A segunda propõe o nome da atual embaixadora em Moçambique, Leda Lúcia Martins Camargo, para a representação brasileira na República de Seicheles.

Foi aprovado ainda requerimento do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), presidente da CRE, para que seja enviado às autoridades de Israel um apelo no sentido de resguardar a vida, a liberdade e os direitos humanos do físico nuclear Mordechai Vanunu, que passou 18 anos preso por divulgar, em entrevista ao jornal britânico *The Sunday Times*, informações sobre o programa nuclear israelense. Devido a pressão internacional, observou o senador, Vanunu foi libertado em abril, mas não poderá deixar o país por um ano e deverá manter silêncio sobre as circunstâncias de sua prisão.

Sarney recebe embaixador do Brasil nos EUA

O presidente do Senado Federal, José Sarney, recebeu ontem, em seu gabinete, o embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Roberto Abdenur. Ao final do encontro, o diplomata informou que a audiência foi apenas uma visita de cortesia.